



I — DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

A propaganda comunista insiste sempre sobre o tema da liberdade que, segundo alegam, gozam os trabalhadores e camponeses soviéticos, cujas condições de vida — salários, assistência social, direitos, etc — teriam permitido um rendimento tal, que à URSS e aos demais países sob aquêlo regime, foi possível obter um surpreendente desenvolvimento econômico.

É inegável que houve, realmente, um grande desenvolvimento econômico principalmente na União Soviética e na China Vermelha. Mas, como foi obtido êsse desenvolvimento e o preço pago pelos trabalhadores e camponeses é o que pretendemos mostrar neste artigo, alertando principalmente as classes de nível econômico menos elevado, que embaídas por falsas promessas podem pensar que esteja no Comunismo a solução de seu problemas.

9ª PARTE — CONTRÔLE DA MASSA TRABALHADORA

A — OS TRABALHADORES E CAMPONESES SOB O REGIME COMUNISTA

1 — Contrôlo dos sindicatos

Convém não esquecer que os comunistas estão empenhando esforços tremendos para atrair para suas fileiras as massas trabalhadoras de todo o mundo, inclusive, é claro, do nosso país.

Mas, não devemos esquecer, também, e isto é ainda mais importante, que uma vez obtido o contrôlo das uniões de classes ou sindicatos, os comunistas procuram a obtenção do poder político, por meio do qual impõem ao povo seu sistema brutal, sua "disciplina de ferro", seus processos de coletivização, enfim, todos os meios pelos quais o indivíduo desaparece, transformando-se em máquina do Estado que, em última análise, passará a decidir sobre tudo aquilo que nos países democráticos

fica entregue ao livre arbítrio dos cidadãos — sua profissão, seu local de trabalho, seus direitos de pugnar por melhores salários, a orientação de seus filhos, etc.

2 — Destruição das uniões trabalhistas ou sindicatos

Na Rússia Czarista a DUMA, ou Legislatura, havia legalizado as uniões trabalhistas, as quais, na época, conquanto não tivessem muita força, eram relativamente livres. Após a Revolução Bolchevista de 1917, o Governo substituiu tôdas as uniões de trabalhadores livres por entidades controladas pelo Partido Comunista. A finalidade dessas Uniões Soviéticas era colocar os trabalhadores na linha dos objetivos industriais do Governo. Anunciando seu programa de industrialização ampla, declarou Lenine:

“... a revolução exige, em nome dos interesses do Socialismo, que as massas obedeçam sem relutância à vontade dos líderes da reforma do trabalho.”

Insistia, além disso, que os trabalhadores deviam ser submetidos a uma “disciplina de ferro”.

Nos anos que se seguiram, inúmeras pessoas que visitaram a URSS sentiram-se surpreendidas com o grande número de sindicatos estabelecidos com o advento do regime bolchevista, admitindo tal fato como prova irrefutável da obtenção, pelo Comunismo, da Democracia Industrial. O que escapou a êsses visitantes foi o contróle exercido pelo Partido sôbre essas uniões. Conquanto a inclusão dos membros fôsse voluntária, os trabalhadores que não pertenciam aos sindicatos aprenderam, desde cedo, que não ser membro dos sindicatos significava não conseguir trabalho.

As uniões, ou sindicatos, tinham direito a contratos coletivos, mas os acôrdos de trabalho ficavam nas mãos dos agentes do Partido. As uniões não tinham, também, o direito de greve. As greves, que eclodiram durante os três anos que antecederam a Revolução de 1917, ultrapassavam a casa do milhar e no entanto, terminaram abruptamente quando se instalou, no Governo, o regime comunista, sob a “disciplina de ferro” dos bolchevistas. Qualquer trabalhador que sugerisse uma interrupção do trabalho se transformava em “inimigo do povo” e corria o risco de ser fuzilado ou mandado para a Sibéria.

De acôrdo com a teoria soviética, a qual é posta em prática sempre que houver necessidade, um trabalhador em greve não é mais trabalhador, mas “inimigo da revolução”. As poucas greves de que se tem notícia nos países sob o regime comunista foram terminadas a baía.

3 — A disciplina do trabalho e a rápida industrialização

Lenine acreditava que o progresso industrial da União Soviética podia ser obtido em curto prazo, desde que se impusesse ao trabalhador uma “disciplina de ferro”. Milhões de trabalhadores foram retirados da agricultura e enviados para as fábricas, oficinas e minas. Para treinar êsses recrutas da indústria e obrigá-los aos maiores esforços, o Governo Soviético instituiu leis de trabalho muito rigorosas. Após a adoção do

Primeiro Plano Quinquenal, em 1928, Stalin impôs disciplina ainda mais dura. Os operários que chegassem atrasados sofriam multas pesadas, ou eram demitidos ou mesmo relegados a funções inferiores; aqueles cuja produção apresentasse defeitos eram obrigados a indenizações correspondentes aos artigos defeituosos. Quando novas fábricas ou minas foram postas em funcionamento, em regiões a Leste dos montes Urais, os operários e mineiros a elas destinados foram recrutados compulsoriamente, sendo obrigados a se deslocar de onde viviam para os novos locais de trabalho.

As violações dos estritos regulamentos do trabalho passaram a ser consideradas como crimes, na URSS. O artigo n. 59 do Código Criminal da União Soviética, de 1950, assim definiu:

“Qualquer ato que, embora não destinado diretamente à subversão do regime soviético, acarrete distúrbios ao funcionamento dos órgãos do Governo ou da economia nacional, e que seja seguido de resistência àqueles órgãos, prejudicando suas atividades, pela desobediência às leis ou outras manifestações, enfraquecendo desta forma a força das autoridades ou do regime é considerado crime contra o sistema de governo”.

Os comentários são quase desnecessários, pois o texto é muito claro, não deixando dúvidas de que qualquer falta, por menor que seja, pode ser transformada em crime contra o sistema de governo, isto é, contra o Estado.

4 — A liberdade dos trabalhadores

Antes da Revolução Bolchevista, Lenine condenou severamente os passaportes Czaristas, que restringiam o movimento dos camponeses de um local para outro, e exigiu a abolição de todos êsses meios de controle. Quando no poder, entretanto, os comunistas nada fizeram para modificar êste estado de coisas. Aos trabalhadores não foi permitido deixar a União Soviética. Pior que isso, em Decreto de 1932 o Governo Soviético impôs que todo trabalhador soviético deveria ter em seu poder um passaporte, onde todos os seus movimentos, mesmo no interior do país, deveriam ser assinalados. O objetivo de tal lei era fixar o trabalhador de forma tal que não lhe fôsse possível por iniciativa própria, se locomover de uma para outra região, em busca de melhores salários ou posições. Mais uma vez podemos notar a intervenção drástica do Estado na iniciativa individual.

5 — Os campos de trabalhos forçados

Já nos referimos, inúmeras vezes, nesta série de artigos, a **personas** sentenciadas aos campos de trabalhos forçados. Muitas das **grandes** obras industriais da URSS, tais como estradas, canais e reprêsas, foram executadas por verdadeiros exércitos de trabalhadores escravos. Durante muitos anos essa situação permaneceu fora do conhecimento do Mundo

Livre, a quem repugnava acreditar nas tóricas histórias relatadas por prisioneiros que haviam fugido das "prisões corretivas".

Em 1945, entretanto, caiu nas mãos do Exército Americano, na Alemanha, um documento secreto, a saber, o Plano Econômico da URSS para 1951, do qual as Fôrças Alemãs haviam se apossado na Rússia. Esse plano evidenciou a extensão em que a indústria soviética depende do trabalho escravo. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos livros foram publicados por pessoas que escaparam das "prisões corretivas" soviéticas, nos quais são relatadas histórias trágicas. Tôdas as tentativas visando à investigação desses fatos, mesmo por intermédio das Nações Unidas, têm sido sistematicamente bloqueadas pelos representantes soviéticos.

Devido ao segredo de que se cerca o regime comunista na URSS, não foi possível, até agora, estabelecer-se o número exato de pessoas confinadas nos campos de trabalhos forçados. As estimativas, provenientes de diferentes fontes, oscilam entre dez e trinta milhões.

Os prisioneiros que lotam esses campos de trabalhos forçados são de diversas origens; criminosos comuns; cidadãos acusados de atividades anti-revolucionárias; operários e camponeses que violaram a disciplina do trabalho; camponeses e suas famílias, que resistiram à coletivização de suas terras; prisioneiros de guerra alemães, poloneses e japoneses; intelectuais, operários e camponeses, com suas famílias, deportados dos Estados Bálticos anexados à União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial; ucranianos e outros povos soviéticos acusados de colaboração com os alemães durante a guerra; oponentes ao regime comunista, da Polónia, da Alemanha Oriental, da Tcheco-Eslováquia, da Hungria e de outros países satélites. Quando a rebelião húngara de 1956 foi esmagada pelas Fôrças Armadas Soviéticas, milhares de húngaros foram deportados para campos de trabalhos forçados na Sibéria, viajando em vagões de carga como se fossem animais.

Pelo que se sabe, a brutalidade nos campos de trabalho escravo é algo quase indescritível. Para os comunistas, a vida e a dignidade do homem nada valem. Os seres humanos são computados apenas como máquinas, tendo em vista os interesses do Estado.

Eis como David J. Dallin e Boris I. Nicolaevsky, descrevem, em seu livro, "*Trabalho Forçado na Rússia Soviética*", o que viram pessoalmente, quando prisioneiros de um desses campos:

"As condições de trabalho nos foram quase funestas. Éramos obrigados a trabalhar a temperaturas abaixo de trinta graus... à noite, as roupas dos homens, encharcadas de neve ou de lama, eram postas a secar próximo aos fogões. O odor nauseabundo, provocado pela evaporação, poluía o ar dos alojamentos. Pela manhã, a maioria dos prisioneiros tinha que vestir seus farrapos ainda úmidos. Portanto, não é de admirar o grande número de enfermos; gripe, broncopneumonia, malária e outras doenças, dizimavam as nossas hostes; o escorbuto, se propagou, feridas surgiam e abscessos supuravam; a gangrena era

freqüente, exigindo, muitas vezes a amputação de dedos, pés ou mãos... Os homens eram, à força, obrigados a trabalhar. Os que resistiam eram isolados em celas, nus, com uma ração mínima diária, constituída de um prato de sopa e um pedaço de pão. A recusa aberta ao trabalho acarretava a condenação à morte, sendo as sentenças respectivas, muitas vezes, lidas para nós. Mas, as autoridades do campo, antes de aceitarem uma recusa ao trabalho, tentavam obrigar os revoltados a trabalhar lançando mão de todos os processos de tortura..."

6 — As remunerações

Quando a Revolução Bolchevista se tornou vitoriosa, os comunistas prometeram aos trabalhadores que estes compartilhariam, igualmente, dos frutos da produção, bem como que todos os cidadãos, fôsem eles empregados ou chefes, receberiam partes iguais, isto é, que o trabalhador receberia pelo seu trabalho a mesma remuneração que os capatazes, os gerentes das fábricas ou líderes do Partido. A única diferença, afirmavam, era o grau de necessidade, ou seja, aquêles que tivessem famílias receberiam quotas maiores dos que os que não as possuíssem.

Essa promessa não passou de pilhéria. Desde o início, por assim dizer, os líderes do Partido, os gerentes e os capatazes, receberam remuneração mais alta do que os trabalhadores. Pior que isso, havia desigualdade de remuneração mesmo entre os trabalhadores. Os comunistas adotaram, contrariamente às promessas, o sistema de salário em uso nos países capitalistas, e que, de há muito, condenavam. No início o salário foi estabelecido por período de tempo de trabalho, sendo os dos gerentes melhores que os dos trabalhadores comuns. Em seguida passaram estes a receber por peça, sistema que a propaganda comunista sempre denunciara como não sendo razoável, e que até mesmo os países capitalistas estavam modificando. Sob este sistema, os salários dos operários soviéticos eram parcialmente determinados pelo número de peças que produziam. Por exemplo, um operário de construção receberia seu salário em função do número de tijolos que conseguisse assentar. É fácil de ver que, embora a produção individual deva ser estimulada, no caso citado, por exemplo, inúmeros são os fatores alheios à vontade do operário, que podem interferir na sua produção, o que também é verdade em qualquer outra atividade.

Os líderes comunistas passaram a ridicularizar a igualdade de salários, considerando-a como utopia socialista. Malenkove, um dos ex-ditadores da URSS condenava "a apodrecida prática de igualdade salarial".

B — AS CLASSES SOB O REGIME COMUNISTA

1 — Os camponeses

Já afirmamos, anteriormente, que os camponeses soviéticos pertencem a uma classe inferior à grande classe dos trabalhadores da indústria.

Vimos, também, a brutal campanha de Stalin para impor aos camponeses a coletivização, cujo processo levou milhões deles à morte ou ao confinamento nos campos de trabalhos forçados.

Atualmente, os camponeses das fazendas coletivas são vítimas de ainda maior discriminação. Seus filhos são obrigados a trabalhar a partir dos doze anos de idade, enquanto os filhos dos trabalhadores das indústrias, nas cidades, podem continuar freqüentando escolas até completarem dezesseis anos, pelo menos. Os salários dos trabalhadores do campo são muito inferiores aos dos da cidade. Os capatazes dos camponeses são muito mais exigentes do que os gerentes das fábricas. O contróle dos passaportes é muito mais rígido, quando seu portador é um camponês. Um capataz de fazenda coletiva, ou "kolkhoz", assim descreve o que passou na Rússia:

"Enquanto, antes da guerra, os camponeses trabalhavam melhor e com a maior boa vontade, por volta de 1950, eles encravaram suas atribuições com atitudes de prisioneiros se dirigindo a trabalhos forçados. Haviam perdido todo o interesse por reuniões e conferências, tornando-se furtivos e pouco comunicativos. A guerra lhes havia mostrado que não podiam ter esperanças de liberdade com o auxílio do exterior e que eles próprios eram impotentes para consegui-lo. A derrota da Alemanha era considerada como uma prova da invencibilidade do Comunismo, em consequência do que eles, os camponeses, deveriam permanecer para sempre na situação de escravos do sistema de coletivização, o qual é o responsável pela maior parte da miséria dos sofrimentos em que vivem".

Uma das poucas concessões feitas aos camponeses, pelo regime comunista, é permitir que cada família disponha de uma pequena área, ou quintal, na qual lhes é permitido ter uma pequena cultura de verduras ou mesmo cereais e criar um ou outro animal doméstico ou algumas aves. As famílias podem, assim, melhorar um pouco seus meios de vida, vendendo os produtos de seus quintais aos trabalhadores da cidade.

2 — A sociedade "Sem Classes"

Antes da Revolução Bolchevista, os comunistas haviam prometido, aos operários e camponeses, que seria estabelecido um "estado sem classes".

"Classes", conforme declarou Lenine, é o que permite a um grupo da sociedade se apropriar do que produz um outro grupo. Para destruir esse sistema injusto, os comunistas prometeram abolir tôdas as classes, exceto a dos trabalhadores.

Desde o início da revolução essa promessa foi quebrada. Os camponeses nunca foram considerados iguais aos operários. Stalin reconheceu a existência de uma terceira classe, os intelectuais, embora a ocultasse sob o nome de "stratum"; na realidade esta classe já existia há muito tempo.

Em um livro publicado em 1936, sob o título "*A Revolução Traída*", Leon Trotsky, ex-bolchevista que se tornou inimigo de Stalin, acusou este último de haver criado uma nova classe, a burocracia. Segundo Trotsky, a burocracia, ou classe governante da União Soviética, pouco diferia do que existia nos países capitalistas, com os funcionários do governo e outros elementos de direção, principalmente nas indústrias, recebendo salários elevados. Esses elementos, embora sem possuir ações das fábricas, minas, ferrovias, etc, percebem maiores parcelas da renda nacional do que os trabalhadores.

3 — Salários e privilégios

Aquêles que se deixam levar facilmente por palavras, sem procurar verificar até que ponto elas refletem a realidade, ficarão surpreendidos ao saber a diferença de salários existentes na "sociedade sem classes" da União Soviética, sob a "Ditadura do Proletariado", isto é sob o "Governo dos proletários" palavra genérica com que se designam os camponeses e operários.

Tudo fazia crer que a participação nas rendas nacionais, já que o Estado tudo controla e tudo prevê, daria a cada um parcelas semelhantes e a todos os mesmos direitos.

A realidade é bem diferente. Em 1956, o camponês recebia, em média, o equivalente a 2.500 cruzeiros; o operário especializado de uma fábrica, cerca de 4.800 cruzeiros e um mecânico hábil 12.500 cruzeiros. Um engenheiro percebia de 10 a 15 mil cruzeiros e um professor, aproximadamente, 12 mil cruzeiros. Entretanto, o salário de um dirigente de fábrica elevava-se a 100 mil cruzeiros mensais, sendo ainda mais elevados os salários de alguns funcionários do Governo.

Mas, não apenas no salário se refletem as distinções entre as classes. Conforto e facilidades as definem tão bem quanto os vencimentos. Por exemplo, enquanto os trabalhadores comuns, em sua grande maioria, nada mais têm que um quarto para morar com sua família, o capataz de uma turma pode dispor de um apartamento de 4 a 5 peças e o gerente da fábrica de um apartamento maior ou mesmo de uma casa. O trabalhador comum talvez consiga comer carne duas vezes por semana, pois seu nível salarial não lhe permite esse "luxo" todos os dias. É mais difícil para o filho de um camponês receber educação melhor que o filho de um operário.

Vê-se, assim, que na prática a teoria do comunismo é diferente. O lema "de cada um de acordo com suas possibilidades, a todos conforme suas necessidades", não passa de um conjunto de palavras destinado a fazer com que, os menos esclarecidos, julguem que com o estabelecimento do regime comunista, os operários passarão a viver em casas semelhantes às dos gerentes e que os filhos dos camponeses disporão da mesma educação que os rapazes que moram nas grandes cidades.

Uma análise baseada em fatos, como a que acabamos de fazer, mostra que a "sociedade de classes" e a propalada "igualdade" dos comunistas não puderam ser estabelecidas na URSS, nem em seus satélites, mesmo porque, fazê-lo, corresponderia a uma inversão quase completa dos valores de uma coletividade.

C — OS TRABALHADORES NOS PAÍSES SATÉLITES

Em todos os países da Europa Oriental, subordinados a ditaduras comunistas, o "PARTIDO" tem seguido as mesmas regras e práticas existentes na União Soviética. As uniões livres dos trabalhadores foram substituídas por sindicatos controlados pelo Partido Comunista. A disciplina do trabalho seguiu o modelo soviético, bem como a coletivização das fazendas. Milhões de homens, mulheres e crianças, foram atirados nos campos de trabalhos forçados.

Em 1953, quando os trabalhadores da Alemanha Oriental se rebelaram contra o jugo comunista, foram esmagados pelos carros de combate soviéticos, enquanto seus líderes foram imediatamente fuzilados. Em 1956, quando trabalhadores poloneses ergueram suas vozes em protesto contra a opressão e os salários baixos, a ditadura da Polônia não trepidou em aniquilá-los a bala. No mesmo ano parte da Hungria rebelou-se contra o domínio comunista. As Forças Armadas Soviéticas, lá estacionadas, foram impotentes para reprimir a revolta, mas a URSS enviou, rapidamente, novos destacamentos, demonstrando ao povo húngaro quem, verdadeiramente, governava a Húngria.

Os comunistas, em tôdas as partes do mundo, prometem um estado sem classes, governado pelos trabalhadores. Na realidade eles têm criado estados com novas distinções de classes e grande desigualdade entre empregados e empregadores, entre funcionários do governo e patrões comunistas. Ao invés de controlarem um Estado sob o regime comunista, os trabalhadores são, rigidamente controlados por ele e esmagados quando se rebelam contra esse contrôle.

Frase pronunciada pelo prof. de música Pavel Serebriakof, do Conservatório de Moscou, em entrevista concedida à imprensa brasileira, em 1959:

"Na Rússia há, de fato, liberdade de imprensa. Os jornais não fazem crítica, porque o Governo não erra."



DESDE CEDO A JUVENTUDE PIONEIRA ESTUDA A LINGUA INGLESA



AS MULHERES SÃO ENCARREGADAS DE REMOVER OS ESCOMBROS



AS FILAS CRESCEM EM PROCURA DOS ALIMENTOS

II — "PENSÕES MILITARES"

Recentemente foi lançado pela editôra "Forense" o livro "PENSÕES MILITARES", de autoria do Dr. J. E. Abreu de Oliveira, diretor do Tribunal de Contas da União. Essa obra foi elaborada com base na Lei n. 3.765, de 4 de maio do ano corrente, que dispõe sôbre o novo sistema de pensões militares e tendo em vista o Regulamento baixado com o Decreto n. 49.096, de 10 de outubro de 1960.

Nesse trabalho, o Professor Abreu de Oliveira empenhou-se exaustivamente no estudo do Código de Pensões Militares, para dar fiel interpretação às suas disposições, com apoio no vasto acervo jurisprudencial existente a respeito das antigas pensões de montepio, meio-sôldo e especiais. O assunto é abordado com segurança, em todos os seus aspectos, desde o conceito do instituto da pensão e da sua história, até o processo atual da habilitação, em face da Lei n. 3.765, de 4 de maio de 1960. Em apêndice, estão incluídos o texto das leis especiais de maior interêsse, formulário e índice remissivo dos assuntos tratados.

É um trabalho de substancial importância, com 346 páginas, de grande utilidade, não apenas para os contribuintes do Montepio Militar e seus beneficiários, mas que interessará, por certo, a advogados, professôres, estudantes de Direito Administrativo e previdenciário, e, de maneira geral, a quantos se dediquem ao assunto.

O livro, que foi prefaciado pelo Ministro Pereira Lyra, do Tribunal de Contas, tem merecido as melhores referências, pois engloba, em um único volume, não sômente a exposição teórica da matéria, mas todo o vasto repositório de suas aplicações práticas.

"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química